



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2023

Proposta de Alteração

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 109.º

Missões de proteção civil e formação de bombeiros

1 – (...).

2 – O orçamento de referência a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, na sua redação atual, para o ano de 2023, é de € 50 000 000,00.

3 – (...).

4 – (...).

5 – As transferências para cada AHB, calculadas nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, na sua redação atual, não podem ser inferiores às do ano económico anterior.

Assembleia da República, 2 de novembro de 2022

Os Deputados,

Alma Rivera, Paula Santos, Bruno Dias, João Dias, Alfredo Maia, Jerónimo de Sousa

Nota Justificativa:

A espinha dorsal do socorro em Portugal assenta fundamentalmente nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Em todos os municípios que não dispõem de bombeiros municipais, e que são a esmagadora maioria, são os bombeiros voluntários que desempenham essa missão primordial de serviço público.

As associações de bombeiros voluntários vivem numa situação de permanente sufoco financeiro. O protocolo existente com o INEM e a ANEPC não cobre os custos reais dos serviços prestados ao nível da emergência médica. A principal fonte de receita dos bombeiros, que é o transporte de doentes não urgentes, sofreu uma quebra muito significativa devido à pandemia de COVID 19. O financiamento público às associações, por via do Orçamento do Estado, tem-se revelado muito insuficiente, fazendo recair sobre os municípios os encargos do apoio financeiro aos corpos de bombeiros existentes nos seus territórios.

O financiamento público previsto no artigo 147.º da Proposta de Lei de Orçamento do Estado, no montante de 31 milhões de euros, é manifestamente insuficiente.

Acresce que é indispensável apoiar as Associações Humanitárias de Bombeiros pelas despesas efetuadas no âmbito da pandemia COVID 19 tendo em conta a enorme redução de receitas próprias sofrida neste período. A não haver um apoio extraordinário da parte do Estado as AHB ficariam impossibilitadas de cumprir as suas missões com graves prejuízos para o socorro e proteção das populações, para além, das consequências para milhares de bombeiros.

O PCP propõe assim um reforço significativo do financiamento público das associações de bombeiros.